



SESSÃO - 02

6. IDEOLOGIA E DIALOGIA - UMA LEITURA SOBRE AS ESTRUTURAS DE COMUNICAÇÃO DO MST NACIONAL

*Guilherme Jeronimo Pereira Hernandez e Oliveira**

Resumo

Este artigo relata uma investigação acerca das estruturas de comunicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em uma perspectiva nacional, e tece considerações sobre o papel e potencialidades destas estruturas, em especial no que tange a participação direta dos assentados nestes meios, se apropriando deles. Pretende-se uma discussão, a partir do Jornal Sem Terra, da Revista Sem Terra, do website do Movimento e das estruturas de comunicação interna e assessoria de imprensa em nível nacional e estadual, da abertura destes meios à participação e crítica internas, e a seu estabelecimento enquanto canal de comunicação dos assentados e acampados entre si e para os apoiadores e a sociedade. Trabalhamos com a hipótese de que estes meios de comunicação têm uma função de apoio na formação cultural e educação da população que compõe o Movimento Social, e uma função de Relações Públicas em relação a sociedade como um todo.

Palavras-chave: Dialogia; Comunicação Comunitária; Movimentos Sociais

Abstract

This article tells a research concerning the communication structures of the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), in a national perspective, and considering the paper and potentialities of these structures, in special in what it refers to the direct participation of the seated ones in these ways, and theirs appropriating of this. The aim is a thread from the Jornal Sem Terra, Revista Sem Terra, the website of the Movement and the structures of internal communication and press relations at the national and state level, about the uses of these resources at participation and internal critic and its establishment as a communication channel of the settlers and camped themselves and whit the society. We hypothesized that these media have a supportive role in the cultural and educational structures of the population that makes up the Movement, and a public relations function to society as a whole.

Keywords: of dialogue; Communitarian Communication; Social Movements

* Mestrando do Programa de Pós Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade de São Paulo – ECA USP e especialista pelo Centro de Estudos Latino Americanos em Comunicação e Cultura (Celacc), da mesma Universidade.



Considerações Iniciais

O objetivo deste estudo fora o de testar a hipótese de que as estruturas de comunicação dos movimentos sociais assumiam um papel diferenciado das estruturas de mídia padrão/difusionista ou das assessorias de imprensa.

Para tal, optamos pela realização de entrevistas abertas com os membros do movimento que participavam do setor de comunicação, em especial aqueles que produziam e editavam material para as mídias do movimento. Como metodologia para a realização das entrevistas, optei ainda por trabalhar com uma série de perguntas simples, a saber: qual o histórico da mídia / setor; qual a tiragem e público do veículo; como se dá a participação do público no veículo; qual a relação do veículo com a base do movimento; qual a relação do veículo com a direção do movimento; como se constrói e se avaliam as pautas do veículo. A partir destas perguntas base, abriram-se as entrevistas, variando de acordo com a necessidade e complexidade da mídia, assim como da disponibilidade dos entrevistados. Fica aqui registrada minha gratidão aos entrevistados, que se mostraram abertos às perguntas, pacientes com as ignorâncias deste pesquisador e dispostos a contar, apaixonadamente alguns, sua relação com a comunicação, o jornalismo e o movimento.

O contexto de exploração da Comunicação Social no Brasil é marcado pela presença de serviços privados que atuam livremente ou por concessões (no caso das Rádios e Tvs) e, às vezes, com recursos públicos diretos (publicidade) ou indiretos (isenções ou políticas de incentivo). Apesar das discussões atuais acerca do papel de TV e rádio públicas, assim como das concessões públicas de rádio e televisão, as estruturas estatal e privada seguem formato difusionista, não permitindo participação popular efetiva. As classes populares e movimentos sociais ficam, dessa forma e como apontam as pesquisas de Comparato (2001) e Lupion (2006), alijadas dos meios de comunicação social eletrônicos, principal forma de se chegar às massas.

Levantamentos de movimentos de apoio à comunicação popular e comunitária e contra a concentração, como o *Donos da mídia*, ligado ao Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, e do coletivo Intervezes, que apóia a causa do Direito à Comunicação, dão números ao quadro de concentração dos meios em cerca de uma dezena de grupos econômicos, reforçando o quadro privado, e restrito, das comunicações no país, de forma que não iremos detalhar aqui.

Tomamos ainda por consensual a ligação dos movimentos sociais com o caráter reivindicatório de políticas públicas para populações carentes e/ou excluídas,





Cultura, Cidadania e Mídias Alternativas

desconsiderando sua efetividade ou lisura durante tal processo, muitas vezes atacadas pela mídia conservadora, conforme o noticiário de veículos como *Carta Maior*, *Caros Amigos* e *Carta Capital* frisa continuamente. Neste sentido, as estratégias e políticas de comunicação destes movimentos se constituem como resposta aos ataques desta mídia conservadora, composta por veículos privados que compõem o quadro citado até então.

A necessidade desta comunicação “responsiva” se constrói também a partir da estrutura base dos meios de comunicação, em especial os de caráter privado, que vem a ser o que Detoni classifica como modelo difusionista de comunicação, em anteposição a um modelo dialógico, conforme Amayo (1992, pag.61-62):

No modelo de transmissão difusionista, o fluxo de informações é unidirecional e ocorre, em geral, sem intervenção dos ouvintes, apesar do tom coloquial e intimista de algumas emissões. A audiência é vista como uma massa amorfa, com características generalizantes. A relação que se estabelece é entre uma entidade abstrata (a emissora) e o ouvinte médio, outra abstração. Os conteúdos tendem a confirmar as posições e os valores cristalizados, contribuindo para homogeneizar os comportamentos e ignorando as diferenças. As emissoras dependem da indústria discográfica e das grandes agências de notícias e trabalham com temas e formatos padronizados. Requerem altos investimentos e possuem uma administração vertical e centralizada.

Vale ainda citarmos Lima (1981, p.59) que pontua trechos diversos na obra de Paulo Freire em que tal modelo de comunicação, em sua essência “difusionista”, portanto não-dialógico, recebe duras críticas, ao que destaco: “Comunicação (é) a co-participação dos sujeitos no ato de pensar... implica numa reciprocidade que não pode ser rompida. O que caracteriza a comunicação enquanto este comunicar comunicando-se é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo”

Sobre a estrutura de comunicação do MST

Da investigação que balisou este texto percebe-se que o MST constrói sua estrutura de comunicação e produção simbólica a partir de uma relação entre uma estrutura centralizada, ao redor da qual se articulam sua assessoria de imprensa (AI), seus meios de comunicação (Jornal Sem Terra, Revista Sem Terra, Site e Rádios), seus meios de formação (escolas rurais, centros de formação, brigadas de cultura) e sua rede de informação (dirigentes, militantes e colaboradores, políticos próximos, etc). Este artigo focará no conjunto dos dois primeiros itens, mais afeitos a lógica e tradição das ciências da comunicação.

Na série de entrevistas realizada e no material pesquisado, fica patente a ligação histórica do movimento com





Cultura, Cidadania e Mídias Alternativas

a comunicação. Ainda em seus primórdios, antes mesmo do movimento se oficializar enquanto tal, no embrionário acampamento da Encruzilhada Natalino, quando este se encontrava cercado pelo coronel Curió, em 1983, foi um jornal, então um boletim mimeografado, passando de forma escondida pelos bloqueios do exército, que realizou a comunicação com apoiadores e a sociedade civil. À época, respondia ao isolamento que a mídia fazia do campo, angariando apoio ao Movimento e trazendo informações de fora para a ocupação. O Jornal Sem Terra conta sua data a partir deste boletim, ao passo que a criação oficial do movimento se deu em 1984. No começo da década de 1990 surgiu a Revista Sem Terra, sistematizada em definitivo por volta de 1997. O massacre de Eldorado dos Carajás e o IV Congresso do Movimento, em 2000, foram fundamentais para ampliar a articulação entre as esquerdas, o que passou a ser um dos direcionamentos do MST, e refletiu em suas estratégias de comunicação. Nesta época se constitui a assessoria de imprensa do Movimento e se investiu no site como ferramenta de comunicação.

Hoje o setor de comunicação é centralizado na direção do movimento, e das decisões desta direção são direcionadas as ações dos militantes envolvidos diretamente neste núcleo no diretório nacional, em São Paulo, a saber, em meados de 2009: um assessor de imprensa, uma

profissional que realiza clipping e revisão, duas editoras (uma para o jornal e uma para o site), um diagramador para o jornal, além de dois editores, um membro da direção do movimento e um revisor para a revista, constituindo uma equipe enxuta, com a qual atuam ainda outros militantes, em tarefas de infra-estrutura e distribuição. Este esquema básico não inclui a rede de assessorias nos outros escritórios nacionais e estaduais.

Tal estrutura tem duas funções principais: a de informar a própria base social do movimento sobre questões de seu interesse, algo em torno de 120 mil acampados e 350 mil assentados, distribuídos em 23 estados e no Distrito Federal; e a de informar a sociedade sobre as demandas e interesses do Movimento, inclusive em resposta a mídia e a outras instituições. Tem, portanto uma função de manutenção da unidade interna e de formação de uma base de atuação política. Sua perspectiva é de contenção de danos, para tentar dialogar com a sociedade através de seus próprios meios de comunicação e através de “brechas” nos meios de comunicação da “imprensa burguesa”, em princípio considerada desfavorável ao MST. Os meios do movimento se destinariam a públicos diferentes dentro deste quadro maior de funções, a saber: o Jornal Sem Terra se destina predominantemente a comunicação interna do movimento; a AI atende estudantes, a imprensa de esquerda e é porta voz do





Cultura, Cidadania e Mídias Alternativas

movimento para a “imprensa burguesa”; o site é ferramenta de divulgação para a imprensa como um todo, formadores de opinião e público interno, e a revista tem uma função de formação de público qualificado e apresentação do movimento e propagação de seus ideais a um público de formadores de opinião.

O Movimento tem ainda dificuldade com mensuração da demanda e dos custos desta produção, assim como limites financeiros para sua reprodução e distribuição para a base, chegando de maneira desigual aos assentamentos e acampamentos país afora. Essa distribuição é focada na militância (setores, brigadas, instâncias e cooperativas), que se torna referência, quase que uma instituição intermediária. Há outros desafios, além da distribuição, para que as mídias baseadas na palavra, base da produção do MST, cheguem a sua base: a tiragem (para o jornal e a revista) e o analfabetismo, inclusive funcional, em grau não mensurado pelo setor de comunicação do MST. O rádio é o meio que atinge uma quantidade maior de pessoas, e o mais aceito, na opinião dos militantes entrevistados.

Fora as estruturas centralizadas de comunicação, o setor existe também nos assentamentos e acampamentos, havendo, geralmente, dois responsáveis por ele, e se constituindo, portanto, em uma estrutura cotidiana para o movimento.

Esses militantes tem aí a função de comunicação em seu dia a dia, geralmente agindo como porta-vozes e “olhos” do movimento, de uma forma que será sistematizada pelas estruturas de comunicação centralizada, da mesma forma que os responsáveis locais por setores como produção, saúde, gênero, educação, cultura, frente de massa, e etc. Embora o ideal, para o próprio Movimento, fosse que tal estrutura estivesse presente e atuante, de maneira sincronizada com as estruturas centrais, em todo assentamento e acampamento, demandas e deficiências ou dificuldades locais interferem na estruturação do setor, ou impedem um contato constante, ainda que mediado pelas direções estaduais, com a direção do Movimento. Para a formação desta rede qualificada de militantes, que além de fazer as vezes de porta-voz e de passar informações para a assessoria de imprensa é fonte direta do jornal e do site são realizadas oficinas de mídia, de acordo com a demanda dos acampamentos e assentamentos.

A integração entre a área de comunicação e a de formação não é sistematizada, hoje, além daquela com as outras áreas (de produção, infra-estrutura e articulação), embora haja participação de membros da editora Expressão Popular e da Escola Nacional Florestan Fernandes na sugestão de pautas e nos conselhos editoriais da revista e do jornal.





Cultura, Cidadania e Mídias Alternativas

Além da importância individual das mídias e dos setores próximos, como a editora Expressão Popular, as escolas nos acampamentos e a Escola Nacional Florestan Fernandes, chamou-me atenção nas investigações que resultaram nestes trabalhos a importância dada às redes, seja a interna, entre militantes orgânicos ao movimento e membros da base em funções de direção, seja a externa, composta de militantes que se relacionam, apóiam e/ou ajudam em ações, em sua maioria dentro da legalidade e estrutura do Estado ou da comunidade internacional.

Comunidade, Dialogias e Ideologia

Para melhor entender os resultados da pesquisa acima realizada, me valerei de três princípios teóricos: o da Comunidade, o da Dialogia e o da Ideologia.

O princípio da comunidade, em Balman (2001), a discute enquanto espaço de segurança e de liberdade, assim como enquanto espaço de exclusão do outro em favor de uma identidade coletiva, e em detrimento das identidades individuais – assim entendidas num esquema de conceituação liberal. Tomo este princípio por base para esta análise, e creio se aplique ao caso estudado no sentido de que se observa, nos meios de comunicação e estruturas de comunicação e de formação do Movimento

dos Trabalhadores Rurais Sem Terra um esforço por criar uma concepção conjunta, uma identidade composta por um ideário construído – aparentemente de forma coletiva e horizontal, posto que direcionado por Congressos internos e por uma direção eleita, e com participação aberta em seus fóruns e espaços públicos de discussão, como suas mídias internas. Afirmar, porém, o nível de democracia e coesão nesta comunidade não é possível na análise realizada, por motivos que serão tratados no item destinado aos limites deste estudo.

O princípio da Dialogia, por sua vez, o complemento em relação à introdução deste a partir do jornalismo. Em Medina, a base da dialogia na comunicação se apresenta na relação entre emissor e receptor presente na história comunicada, em sua completude ou em sua relação com o receptor, assim como na relação que se estabelece entre jornalista e entrevistado. Quando esta relação é completa, e há reflexão e troca entre os participantes, é estabelecida a Dialogia. Creio que dentre os meios retratados todos tem, em maior ou menor escala ferramentas que permitam o diálogo, seja na construção das pautas e na produção das reportagens e notícias, seja em sua recepção, mas o limite da distribuição deste material simbólico a base do movimento é grande, e impede uma Dialogia efetiva, talvez até orgânica, aos meios de comunicação do movimento. Embora haja, nos meios,





Cultura, Cidadania e Mídias Alternativas

participação desta mesma base, ela não é efetiva. São meios internos ao movimento, mas sem uma política de ampliação, que demanda um investimento que o movimento não tem condições de realizar neste momento, por falta de recursos humanos e financeiros, não poderão se tornar comunitários.

A opção, ao que parece, de contar com uma estrutura de produção simbólica que trabalha de dentro para fora do movimento (com a assessoria, o site e a revista) é a de criar uma estrutura de difusão e diálogo com a sociedade externa, simpática ou potencialmente simpática ao MST, enquanto o papel de coesão interna é mantido por outras estruturas, citadas no item destinado aos limites deste estudo. É uma opção, justificável do ponto de vista político, lamentável para aqueles que gostariam de ver os potenciais de uma experiência em comunicação comunitária desta amplitude. Ressalvo que utilizo o termo Comunitária por falta de um mais preciso, para se referir a um meio interno, destinado a um grupo coeso ou que se pretende coeso, com origens assemelhadas e objetivos decididos em comum e por consenso. Uso do referencial de Detoni, em sua defesa dos meios comunitários como forma de garantir pluralismo de idéias e exercício de uma democracia efetiva, como referência:

Elas permitiriam a valorização do “local”, o protagonismo do ouvinte que passa a fazer parte de um espaço em que fala e não

apenas é destinatário da fala. O esquema canônico da comunicação E-M-R é visto em sua dinamicidade”. (2003, p.271).

Além da participação popular e da administração realizada por grupos estatais ou privados com fins públicos (não empresariais), os meios comunitários se diferenciam, ao menos no plano ideal, dos demais meios pelo que Detoni classifica como comunicação dialógica, em anteposição ao modelo difusionista. Nos meios estudados, pela opção de realizar uma comunicação para o público exterior ao movimento, o caráter difusionista, ao menos aparentemente, predomina. Ressalva feita ao *Jornal Sem Terra*, que se volta para o público interno, e para a transição buscada pela *Revista Sem Terra*, que pretende se aproximar do público interno, e tem buscado realizar este caminho nos últimos anos.

Para reforçar esta análise e entrar no conceito da Ideologia, utilizaremos ainda os referenciais de Adorno e Horkheimer, na “Dialética do Esclarecimento”, e através da leitura de Maar (2008) apreendemos que a Ideologia é categoria resultante de uma mistificação no processo de compreensão do mundo, através da Cultura, composta e estabelecida pelas instituições sociais, tais e principalmente a escola, os meios de comunicação e instituições comunitárias (igreja, assentamento rural, sindicatos, família, etc). Nesta mistificação, resultado do rompimento com a natureza, surge





Cultura, Cidadania e Mídias Alternativas

também a Cultura, e ambos os conceitos se imbricam. Em um dos capítulos da *Dialética*, intitulado *Indústria Cultural: esclarecimento como enganação das massas*, Adorno aproxima Ideologia e Cultura no sentido de quase sinônimos, a primeira como espécie de formalização da segunda, quase uma *face semiconsciente* daquela (cfe. Lastória, 2008), componente e composta pela sociedade – através de suas instituições, como tratado anteriormente – ao que Maar (2008, p.8) coloca: “*Ideologia hoje é isso: sociedade que se instala como se fosse única*”.

A compreensão de Maar (2008, p.7), derivada da “Dialética”, interliga teoricamente os três conceitos, ao que ele completa: “*Não há cultura inocente: essa parece ser a advertência fundamental de Adorno e Horkheimer, mas também de Benjamin e Marcuse*”. Tomando esta linha teórica, começamos a entender a relação entre Cultura e Ideologia: ambas as categorias são subjetivas e compostas em diversos aspectos pelas diferentes representações de comunidade, e que formam e são reforçadas pelas instituições de comunicação de massa, em especial a mídia e a escola, mas também as academias diversas. Seu impacto formador deriva do apelo que têm para a pessoa e sua comunidade, e aí está seu poder de referenciamento e reforço de uma ideologia hegemônica. O impacto desta ideologia dominante é categorizado como Dominação por Adorno e Horkheimer,

ao que Maar (2008, p.8) coloca: “*A dominação é, agora, presença imanente na cultura*”. No caso específico do MST, em seus assentamentos/acampamentos e estruturas burocráticas, assim como em suas estruturas de produção simbólica, levanto a hipótese de termos uma tensão entre diferentes Ideologias/culturas: a do movimento e a das mídias de massa hegemônicas.

Considerações Finais

Ao final deste trabalho, considero que esteja clara a existência de uma estrutura de comunicação organizacional efetiva e atuante no movimento, que o sustenta e o compõe, permitindo sua atuação sincrônica e coordenada em suas estruturas de direção e para a sociedade, de forma semelhante a de outras instituições públicas e privadas. Esta estrutura é gestada desde o Acampamento em Sarandi, na Encruzilhada Natalino, um dos marcos históricos dos processos de luta que levaram ao surgimento do MST. Outros momentos, como o Massacre de Eldorado dos Carajás e os esforços pela mobilização do campo político da esquerda, como a ascensão e “amadurecimento” do PT, o IV Congresso do movimento (2000), o surgimento da Consulta Popular e o processo de construção dos Fóruns Sociais Mundiais refletiram no próprio movimento, que creio apresente uma função de comunicação intrínseca, que faz parte de sua organização e de sua





Cultura, Cidadania e Mídias Alternativas

forma de atuação política no espaço público da sociedade.

Há, porém, limites da integração entre as estruturas de comunicação, no que tange a inserção das demandas comunicacionais dos acampados, portanto caracterizando um processo comunicacional não dialógico, ou de dialogia parcial, com predominância de elementos difusionistas, com ressalvas ao jornal e a revista. Não há, portanto, participação direta dos acampados do Movimento, mas se constata confluência entre as estruturas de comunicação, ideológicas e formativas, sendo a área estratégica para a formação de uma “Cultura” Sem Terra, em especial considerando as dinâmicas contemporâneas do processo político e as disputas que o compõe.

A partir, especialmente, da análise do papel das estruturas de comunicação interna e de assessoria de imprensa coloco minha compreensão de que a comunicação é uma atividade meio para o Movimento, uma estratégia que se vale da produção simbólica para chegar a seu objetivo fim, que seria, numa análise weberiana, o poder, ou o projeto político de poder e sociedade, ideológico e subjetivo portanto, do MST. Um desafio seria talvez integrar esse meio a sua base, permitindo que este jogo de poder seja mais direto e orgânico, e que esta participação reflita e transforme as dinâmicas que envolvem essa base. Permitindo, portanto,

que seja democrático, como talvez não o seja em nenhuma outra instituição, campo ou parte da sociedade.



Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor W. e HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

ANDREUCHETTI, Katia C. M. *A Imprensa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: Um Estudo de Caso*. Trabalho de conclusão de curso. Rio Grande do Sul: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1994.

BALMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 2001.

COMPARATO, Fábio Konder. *A democratização dos meios de comunicação de massa* in: *Revista USP*, nº 37. São Paulo: USP, CCS, 2000-2001.

Constituição Federativa do Brasil – promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm.

DETONI, Márcia. *Rádiodifusão comunitária: baixa potência, grandes mudanças? Estudo do potencial das emissoras comunitárias*.





Cultura, Cidadania e Mídias Alternativas

rias como instrumento de transformação social. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Eca/USP, 2004.

FERREIRA, Gisele Sayeg Nunes. *Rádios comunitárias e poder local: estudo de caso de emissoras legalizadas da Região Noroeste do Estado de São Paulo.* Dissertação de Mestrado. São Paulo: Eca/Usp, 2006.

GONÇALVES, Bruno Lupion. *Marcos regulatórios e democratização da mídia: O direito de antena.* Trabalho de Conclusão de Curso na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2006.

LASTÓRIA, Luis Calmon Nabuco. *Uma nova economia psíquica ou mutações tóxicas Elementos para reflexão acerca da subjetividade contemporânea* in: Durão, Fabio Akcelrud, Zuin, Antonio, e Vaz, Alexandre Fernandez. *A Indústria Cultura Hoje.* São Paulo: Boitempo, 2008.

MAAR, Wolfgang Leo. *Prefácio* in: DURÃO, Fabio Akcelrud; ZUIN, Antonio; VAZ, Alexandre Fernandez. *A Indústria Cultura Hoje.* São Paulo: Boitempo, 2008.

MEDINA, Cremilda. *Entrevista, o diálogo possível.* São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, Dennis de. *Imprensa Sindical, Globalização Neoliberal e o Mundo do Trabalho.* Tese de Doutorado em Ciências da Comunicação. São Paulo: ECA USP, 1997.

